

Valmir Luiz Stropasolas
*Doutor em Ciências Humanas. Prof. do Departamento de
Desenvolvimento Rural e Zootecnia, Centro de Ciências Agrárias,
UFSC. E-mail: valmir@cca.ufsc.br*

DESENVOLVIMENTO RURAL E INCLUSÃO SOCIAL: OS ALCANCES DA AÇÃO EXTENSIONISTA NO PROJETO MICROBACIAS 2

RESUMO

Diversas iniciativas executadas com recursos públicos e vinculadas ao mundo rural brasileiro buscam a inserção nas ações de desenvolvimento de segmentos sociais excluídos das políticas e dos projetos oficiais, entre os quais famílias rurais empobrecidas, assentados, pescadores artesanais, comunidades quilombolas, indígenas, mulheres, jovens, etc. Contudo, estas proposições se constituem em enormes desafios a serem enfrentados pelas entidades públicas, exigindo a redefinição de prioridades, posturas e estratégias implicadas na extensão rural, seja das instituições, seja dos profissionais que exercem atividades junto a estes públicos. Este artigo coloca em relevo os principais desafios e alcances da extensão rural no âmbito do Projeto Microbacias 2, em Santa Catarina, diante das demandas de inclusão social rural.

Palavras-chave: Desenvolvimento, inclusão social, extensão rural

RURAL DEVELOPMENT AND SOCIAL INCLUSION: RURAL EXTENSION STRATEGIES IN *PROJETO MICROBACIAS 2*

ABSTRACT

Several initiatives implemented with public resources and bound to Brazilian rural areas seek the inclusion in the development actions of social sectors, excluded from official policies and projects, including impoverished rural families, settlers, artisan fishermen, black communities, indigenous people, women, youth and so on. However, these propositions establish enormous challenges to be faced by public entities, requiring the redefinition of priorities, positions and strategies involved in the rural extension, be it by the institutions, or by the professionals engaged in these activities along these people in general. This article brings into focus the key challenges and successes of the extension under the Project Microbacias 2 in Santa Catarina State, in the face of the demands for rural social inclusion.

Key words: development, social inclusion, rural extension

1. INTRODUÇÃO

Diferentes iniciativas e programas orientados ao mundo rural brasileiro vêm enfatizando a importância de se inserir nas ações de desenvolvimento os grupos sociais tradicionalmente “esquecidos”, “invisíveis” nas políticas públicas, como forma de se honrar a dívida social que se multiplica, há décadas, nos espaços rurais do nosso país. Além do fortalecimento dos diversos segmentos componentes da agricultura familiar em todo o território nacional, categoria que unifica politicamente um amplo, diverso e heterogêneo universo de grupos sociais, as estratégias e experiências em curso e os recursos disponibilizados pelas instituições visam a inclusão, também, dos produtores assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aqüicultores, povos da floresta, seringueiros, entre outros. Várias experiências em curso ilustram esta perspectiva, entre as quais podemos citar, em nível nacional, às que se inserem nos marcos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Planater (MDA, 2004) – e no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. No caso de Santa Catarina, cabe citar o exemplo do Projeto Microbacias¹, foco das reflexões presentes nesse artigo.

Essas proposições e práticas de renovação das políticas oficiais, particularmente presentes nas concepções e nas atividades dos programas de extensão rural, preconizam o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas e culturais que conformam e caracterizam os diferentes territórios rurais do país, o que implica, segundo afirmam os seus interlocutores, na necessidade de incluir enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia nas orientações de projetos e programas. Nesse processo, a busca da inserção desse público, particularmente das famílias rurais empobrecidas social e economicamente, como beneficiários dos programas é uma meta a ser assegurada a partir dos mecanismos de focalização das ações e dos recursos e, sobretudo, através da disponibilização dos serviços públicos gratuitos de assistência técnica e extensão rural.

A necessidade de novas abordagens para pensar as mudanças em curso no espaço rural e, em decorrência, dis-

cutir o papel assumido pela ação extensionista nas pequenas localidades, aparece não apenas por causa da natureza e da significância das redefinições havidas no perfil das populações envolvidas, entre as quais podemos citar a flexibilização das fronteiras entre os espaços rural e urbano nas pequenas localidades, a mobilidade social e cultural da juventude rural, o questionamento de padrões e hierarquias de gênero e geração e a tendência de envelhecimento e masculinização verificada em determinados territórios rurais de nosso país, sobretudo nas regiões coloniais do Sul do Brasil (Stropasolas, 2006; Abramovay et alii, 1997; EPAGRI, 2001). Novos enfoques têm sido demandados, também, pelo fato que as problemáticas rurais têm sido historicamente marginalizadas nas ciências sociais. Nas instituições acadêmicas e nas entidades governamentais de pesquisa e extensão agrárias os estudos da sócio-economia rural privilegiavam uma visão interna, micro da agricultura. Tais estudos enfocavam as unidades agrícolas familiares com base em princípios neoclássicos, como se elas pudessem ser perfeitamente compreendidas por essa ótica. Com isto, estas análises produziram uma visão parcial das intervenções externas, minimizando o papel estruturante das sociedades capitalistas avançadas. No campo da sociologia rural é recorrente na literatura a crítica do papel assumido por determinados interlocutores desta ciência, que visualizavam as populações rurais como retardatárias do desenvolvimento econômico e da história, ou como se refere Martins (2000) “como se fossem ilhas de primitivismo no pretense paraíso da modernidade”. Durante um longo período, a sociologia rural foi mais uma ciência voltada ao estudo das questões vinculadas à tão propalada resistência cultural dos grupos camponeses à adoção de novas tecnologias, bem como da análise das problemáticas da ocupação agrícola e da produtividade do que uma sociologia propriamente rural. Enfim, muito pouco se enfatizou os grupos sociais rurais enquanto sujeitos portadores de uma maneira singular de inserção nos processos sociais e históricos.

No debate que gira em torno do resgate do rural nos países capitalistas avançados da Europa sugere-se que os sociólogos rurais deveriam ampliar as suas questões de análise, restritas aos processos produtivos agrícolas, e contemplar as problemáticas e processos sociais que caracte-

¹ O Projeto Microbacias, coordenado pela Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural/SC e implantado em 936 microbacias hidrográficas de Santa Catarina (o que representa 52% das existentes), em sua segunda versão atende 105 mil famílias rurais distribuídas em todas as regiões catarinenses, com um montante de recursos de US\$ 107,5 milhões sendo 59% financiados pelo BIRD e 41% de contrapartida do estado. O prazo de execução é de 6 anos (2002 a 2008).

rizam a população rural e refletir sobre a noção de ruralidade na sociedade contemporânea. Afirma-se a necessidade de abandonar o lugar marginal que se outorgava tradicionalmente aos estudos rurais para integrá-los às problemáticas centrais da ciência social contemporânea. Autores como Philo (1992) e Murdoch e Pratt (1993) argumentam pela necessidade de se investigar as mudanças em curso nos espaços rurais a partir das representações daqueles que, tradicionalmente, são “esquecidos” nas políticas ou nas academias.

Esta perspectiva de pensamento faz um contraponto à concepção teórica, muito influente nas esferas decisórias das políticas públicas para o campo brasileiro, que enfatiza as relações entre globalização e agricultura competitiva, capitalizada, e que busca afirmar a categoria social do produtor familiar “moderno”, que passa a ser caracterizado como um profissional semelhante a outro qualquer. Porém, diversos autores, entre eles Alier (1992), ressaltam a existência de inúmeras “agriculturas” e “agricultores” que ficam fora deste modelo, que procura ser hegemônico.

Com a redemocratização ocorrida no Brasil a partir do início dos anos 80, processo dinamizado também a partir do efervescente e crítico debate teórico produzido em algumas universidades brasileiras, que repercutiu no interior das ciências agrárias e sociais, diversos pesquisadores e estudiosos alinharam-se com a perspectiva de resgatar e afirmar socialmente as problemáticas e as expectativas das populações rurais, sobretudo dos segmentos sociais mais afetados pelo processo de modernização do campo. Cabe salientar que esta reviravolta no mundo acadêmico é decorrente, também, da mobilização social em torno das questões agrárias em curso nos movimentos sociais e na esfera política de nosso país. Considerando-se a conjuntura atual da sociedade brasileira e o cenário político em que se define a aplicação dos recursos públicos aos segmentos rurais e agrícolas das mais diferentes localidades, não se pode negligenciar os embates que se estabelecem entre os diferentes atores sociais presentes nesse complexo campo de forças sociais e políticas.

Os novos desafios colocados para a ação extensionista diante das demandas de inclusão social são discutidos e ilustrados neste artigo a partir da experiência concreta do Projeto Microbacias 2, que objetiva a inserção dos segmentos sociais tradicionalmente excluídos nas comunidades rurais, particularmente as famílias rurais empobrecidas social e economicamente, as populações indígenas, as comunidades quilombolas, as mulheres, os jovens, entre

outros. As iniciativas conduzidas pelo Projeto oportunizam um caloroso debate nas instâncias decisórias e executivas das entidades envolvidas quanto ao perfil dos beneficiários dos recursos, processo que, alimentado pelas demandas de democratização e gestão participativa oriundas da sociedade, questiona as estratégias convencionais de intervenção das instituições oficiais, contribuindo para a redefinição de princípios, noções e metodologias implicados na ação extensionista, enfim, abrindo espaços importantes para a promoção da cidadania nas comunidades rurais.

2. OS DESAFIOS DA INCLUSÃO SOCIAL NO PROJETO MICROBACIAS 2

Tendo em vista os novos desafios impostos pela necessidade de implementar na ação extensionista estratégias compatíveis com os preceitos do desenvolvimento sustentável, particularmente as proposições de inclusão social dos segmentos mais afetados pelas mudanças em curso no espaço rural, as entidades oficiais de Ater procuram redefinir a concepção e a prática metodológica empregadas nos seus projetos, visando contemplar as novas demandas da sociedade.

Compreender a forma como se organizam os grupos sociais, as relações de poder que conformam a ação dos indivíduos nas comunidades e reconhecer os valores que fundamentam a sua interação com os agentes externos na vida cotidiana são pressupostos que passam a se fazer presente nas preocupações da extensão rural. Cabe salientar que esse conhecimento vem sendo cada vez mais demandado pelos extensionistas envolvidos no trabalho de animação de processos de desenvolvimento local, como pode ser observado no Projeto Microbacias 2, que preconiza uma proposta construtivista de capacitação dos atores sociais envolvidos. Neste contexto, o papel dos profissionais da extensão vem sofrendo importantes mudanças: devem ser mediadores e facilitadores de processos de mobilização e organização de diferentes grupos de interesses, e não propriamente os agentes propulsores/condutores desses processos.

No caso do Microbacias 2, no seu processo de elaboração foram constituídos fóruns de participação envolvendo representantes da sociedade civil, ONGs, entidades associativas do meio rural, universidades, instituições do setor público agrícola, entre outros atores sociais. A partir dessas iniciativas de negociação de idéias e proposições quanto ao desenho do projeto, marcadas por avan-

ços e recuos, continuidades e descontinuidades, concretiza-se uma concepção de gestão participativa fundamentada na organização de comissões coordenadoras do projeto em nível local, regional e estadual com poder deliberativo e com participação paritária dos beneficiários nos diferentes espaços de gestão das ações. Fruto desse processo, constituem-se as Associações de Desenvolvimento (ADMs) e os Grupos de Animação (GAMs) com representantes escolhidos pelos próprios moradores das microbacias trabalhadas. Em consonância com a concepção de participação interativa apreendida nos processos alternativos de desenvolvimento rural, são selecionados pelos próprios beneficiários e contratados pelo Projeto em torno de 440 técnicos facilitadores com a atribuição de assessorar a implementação dos planos de desenvolvimento das microbacias.

Se, por um lado, estes organismos de gestão comunitária representam uma perspectiva inovadora de gerenciamento dos recursos públicos, por outro, exige uma maior abertura por parte da ação extensionista, que permita viabilizar a realização de parcerias nas diversas instâncias gestoras do Projeto, pressuposto básico para a sustentabilidade das iniciativas em curso nas comunidades envolvidas. Todavia, embora existam experiências que avançam nesta direção, ainda persistem dificuldades nas microbacias para o estabelecimento de parcerias, seja entre as instituições executoras e parceiras do Projeto, seja entre as comunidades representadas pelas associações de desenvolvimento e as organizações governamentais e não governamentais. Isto pode ter sido ocasionado, também, pelo fato das instâncias deliberativas (ADMs, Comissões Coordenadoras) não estarem exercendo efetivamente o seu papel de organismos de gestão participativa ou de espaços ampliados de discussão e definição das políticas e ações que interagem no âmbito do Microbacias 2.

A construção de projetos de desenvolvimento rural com finalidade de inclusão social de públicos diferenciados não se realiza efetivamente sem a problematização do modelo típico dos projetos governamentais que fundamentaram (e fundamentam) as políticas da extensão rural. Esta cultura institucional, que contribuiu para a formação do perfil “extensionista” dos técnicos, foi edificada a partir de uma racionalidade instrumental pautada em metas e etapas pré-determinadas a serem implementadas de acordo com uma lógica cartesiana controlada. As instituições do setor público agrícola de Santa Catarina conhecem na sua trajetória inúmeros projetos que ilustram estas características, ou seja, comumente as decisões do que fazer, como, quan-

do, para quem e quanto são determinados de fora através de normas e manuais de procedimentos, cujas amarrações institucionais determinam os resultados esperados, os níveis de participação desejados e o público envolvido.

Na maior parte dos casos, estas iniciativas institucionais tinham (e tem) a finalidade de promover o envolvimento da comunidade rural para validar a ação governamental e, sobretudo, racionalizar e tornar mais eficiente a aplicação dos recursos. É comum se encontrar nas diferentes regiões alguns paradoxos da intervenção pública como, por exemplo, a edificação de empreendimentos agro-industriais, construções rurais, aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas (ou sociais) que as comunidades não se apropriam e que tornam-se obsoletos pela sua ineficiência econômica, ou mesmo a implantação de sistemas de produção agrícolas que não se adaptam às condições edafoclimáticas locais ou às práticas tradicionais dos agricultores familiares.

No que se refere ao Microbacias 2, seu desenho inicial é pautado num marco lógico – ferramenta apreendida pelo Banco Mundial nos seus projetos de combate à pobreza nos países do terceiro mundo – que contempla objetivos, resultados, metas, atividades, recursos e prazos definidos à priori. Embora este fato se constitua numa contradição aparente, criticada na medida em que o projeto se enraíza em nível local, cabe salientar que a concepção teórica, as diretrizes e as estratégias conduzidas e, em alguns casos, (re)construídas no processo de implementação das ações nas várias regiões oportunizaram a emergência de uma importante participação interativa propiciada pela mobilização social ocorrida nas diversas comunidades envolvidas. Este processo organizativo em curso nas microbacias, promovido a partir das ações decorrentes da aplicação da metodologia do planejamento estratégico participativo, acaba redirecionando o enfoque da matriz original, edificando-se uma via de mão dupla nos resultados alcançados por este Projeto, tendo em vista o surgimento de demandas, prioridades e propostas resultantes das necessidades das próprias comunidades, que passam a se materializar nos planos de desenvolvimento das microbacias.

Isto vem propiciando externalidades positivas nas áreas social, econômica e ambiental que extrapolam os objetivos e recursos do Microbacias 2, embora em boa parte dos casos as melhorias alcançadas coincidam com os resultados previstos no desenho inicial do projeto. Um aspecto que configura a originalidade desta experiência coordenada pela iniciativa do Estado é o público beneficiário

da ação extensionista e dos recursos financeiros aplicados pelo Projeto, constituído em sua maioria pelas famílias comprovadamente empobrecidas nas comunidades trabalhadas. Todavia, torna-se indispensável avaliar em que medida estes recursos contemplam as expectativas diferenciadas dos integrantes da agricultura familiar, ou seja, de mulheres, jovens, idosos, etc.

Outro aspecto que interfere na postura das instituições públicas e na prática dos profissionais da extensão rural diz respeito ao (pré)conceito de que as populações rurais empobrecidas e os grupos sociais excluídos não têm iniciativa própria e não são capazes por si mesmos de empreender processos de mudança nas suas condições sociais e econômicas. Diversas experiências de desenvolvimento local em nosso estado ilustram este procedimento e são marcadas pela descontinuidade e pelo fracasso das ações empreendidas, na medida em que são planejadas de acordo com uma lógica globalizante estabelecida à priori, reconhecida como a melhor estratégia para garantir a aplicação dos recursos previstos e, em decorrência, solucionar os problemas do público “alvo” dessas ações, desconsiderando-se as iniciativas e a criatividade das populações locais. Mesmo em determinadas ações conduzidas por setores da sociedade que se auto-definem como integrantes do campo democrático e popular e que projetam o envolvimento das comunidades nas ações não se geram, fundamentalmente, os espaços, os organismos e as condições necessárias para a aprendizagem coletiva e a participação interativa dos grupos sociais rurais beneficiários, sobretudo os públicos excluídos, o que dificulta a construção social dos mecanismos de auto-gestão, indispensáveis para a consolidação dos processos de inclusão social.

Embora se diferencie essencialmente do conjunto de projetos e experiências conduzidos no setor público, mesmo no Projeto Microbacias 2 havia resistência entre alguns dirigentes e técnicos da extensão em aceitar que as comunidades, particularmente as famílias empobrecidas, trabalhadores rurais, populações indígenas, quilombolas, mulheres, jovens, idosos, possuíam capacidade de se organizar e buscar soluções aos seus problemas e necessidades. Contudo, um conjunto significativo de experiências em curso nas microbacias trabalhadas, em que se verifica o protagonismo e a capacidade desse público em gerir o seu próprio destino, pouco a pouco, rompem com os padrões arraigados na cultura institucional e na ação extensionista, indicando a emergência de ações inovadoras de desenvolvimento nos diferentes territórios rurais de Santa Catarina.

Cabe ressaltar, entretanto, que em determinados casos

os técnicos (as) ainda não foram preparados suficientemente para assumir o papel de animadores e facilitadores destas iniciativas, sobretudo na abordagem da heterogeneidade social existente nas comunidades envolvidas e na mediação dos interesses e conflitos que afloram na gestão dos recursos. Este aprendizado social que emerge em nível local questiona, enfim, a lógica institucional pública e o imaginário dos profissionais envolvidos nas ações de extensão, pesquisa e capacitação porém, como reconhecem os próprios interlocutores do Projeto, precisa avançar mais na promoção da auto-gestão comunitária, processo que é construído ao longo do tempo. A busca da consolidação deste objetivo perpassa as diversas instâncias do Projeto, tanto que diversos seminários integrando o corpo executivo e inúmeros eventos de capacitação envolvendo animadores, facilitadores e beneficiários vêm sendo realizados nas diferentes regiões visando discutir estratégias e preparar pessoas para o alcance de tal finalidade, que passa a ser eleita como a chave para a sustentabilidade das ações realizadas nas comunidades.

Contudo, na tentativa de se construir referências para a promoção de processos de desenvolvimento local alicerçados na visibilidade dos segmentos excluídos da sociedade rural e, particularmente, no empoderamento de mulheres, jovens, entre outros, é indispensável se levar em consideração os aspectos relacionados à temporalidade na interação com estes públicos específicos. Muitas vezes, o ritmo característico das populações locais, cadenciado pelos valores culturais e pelas relações com a natureza, colide com a “pressa” imposta nos projetos e programas governamentais, fato que acaba comprometendo os alcances almejados em decorrência da necessidade de se aplicar os recursos previstos em tempo hábil e cumprir normas e metas impostas às equipes responsáveis pela sua execução.

Este desafio vem sendo reconhecido pelos profissionais da extensão e pelas lideranças que atuam nas comunidades envolvidas no Microbacias 2, que questionaram recentemente a pressão exercida pelo aparato estatal e pelo organismo de financiamento internacional do Projeto, o Banco Mundial, para a aplicação financeira dos recursos previstos, tendo em vista o atraso verificado para a sua implementação. “Escaldados” por fracassadas tentativas anteriores de implementação por parte do Estado de projetos nessas mesmas comunidades, em que se verificou a descontinuidade das ações, os beneficiários do Projeto desejam ver para acreditar (e se comprometer) que os recursos são realmente aplicados nas prioridades traçadas nos seus planos. Todavia, na medida em que se propicia

o diálogo entre as vertentes institucional e comunitária a partir de um processo de planejamento participativo e, sobretudo, que se reconheça e respeite os diferentes tempos de participação dos segmentos sociais diversos residentes nas microbacias trabalhadas, criam-se as condições para que os recursos “caiam” de maduro nas comunidades, de acordo com as demandas e prioridades distribuídas ao longo do tempo.

Com relação ao tempo, ressalta Matos (2003), é preciso fazer atenção também ao caráter gradual do processo de desenvolvimento, ou seja, é natural que exista uma certa ansiedade quanto aos prazos para solucionar os graves problemas por que passam as populações pobres e, por isso mesmo, além da pressão dos prazos institucionais, existe uma certa tendência em queimar etapas em busca de estágios mais avançados da organização social das comunidades, de sua capacidade de gestão e de produção. De acordo com essa perspectiva, é comum se observar projetos de desenvolvimento que induzem à formação de associações ou cooperativas, mesmo quando a comunidade ainda não está sentindo a necessidade real desses instrumentos e termina aderindo porque a eles está condicionado o acesso a algum tipo de vantagem, como a terra e o crédito.

Nos eventos que vem sendo realizados pelo grupo gerencial e executivo do Projeto Microbacias 2 os integrantes constatarem que, nas comunidades em que se verificam os melhores resultados em termos qualitativo, foram respeitados e cumpridos os momentos e as etapas de mobilização comunitária, organização, planejamento e capacitação. Onde se acelerou o processo sem observar e valorizar o ritmo, o tempo e as aspirações dos diferentes grupos sociais, a qualidade das ações deixou a desejar e, em decorrência, inibiu-se a auto-gestão. O grupo entende que a pressão exercida para a aplicação dos recursos do fundo de inversões do Projeto foi incompatível com o empoderamento das comunidades. Além de que, nesses casos, muito pouco foi investido nos facilitadores para que efetivamente realizassem ações de ATER nas comunidades, tendo em vista a necessidade e a pressão para a aplicação dos recursos financeiros. Não que eles não sejam importantes como fator de desenvolvimento e estímulo das comunidades para dar continuidade às suas iniciativas e projetos. Porém, como lembram os próprios integrantes do grupo, “os recursos devem se apresentar como um resultado, uma conquista do processo de planejamento participativo em curso nas comunidades e não como uma mera aplicação financeira para viabilizar propostas elaboradas

às pressas e desconectadas das ações estratégicas de desenvolvimento das famílias e das microbacias” (Projeto Microbacias 2, 2006)

A orientação metodológica preconizada para as ações da Ater pública, como pode ser visualizada nas proposições recentes da política nacional de Ater (MDA, 2004), pressupõe que a ação extensionista deve ocorrer “de forma democrática, adotando metodologias participativas e uma pedagogia construtivista e humanista, tendo sempre como ponto de partida a realidade e o conhecimento local. Isso se traduz, na prática, pela animação e facilitação de processos coletivos capazes de resgatar a história, identificar problemas, estabelecer prioridades e planejar ações para alcançar soluções compatíveis com os interesses, necessidades e possibilidades dos protagonistas envolvidos”. Caporal (2003) estabelece que, do ponto de vista da práxis, a extensão rural só pode ser levada a cabo mediante metodologias que permitam pôr em andamento processos efetivamente participativos, estimulando-se as iniciativas próprias dos beneficiários e a sua participação concebida como um direito. Segundo este ponto de vista, este desafio da extensão exige que os profissionais facilitadores sejam, além de tecnicamente bem treinados, capacitados para que desenvolvam as habilidades necessárias para atuar com grupos e organizações.

Todavia é preciso considerar que a organização social é um processo muito complexo, particularmente quando envolve questões econômicas e mudanças culturais. O tempo para esses processos deve considerar não apenas essa complexidade, mas também a fragilidade das metodologias cujos referenciais teóricos e práticas não vão além das concepções sócio-técnicas e que raramente incorporam as novas correntes que trabalham as questões sociais e comportamentais (Matos, 2003). No decorrer da implantação da sistemática metodológica do Microbacias 2 nas comunidades envolvidas, os (as) extensionistas se depararam com lacunas importantes de conhecimento no que diz respeito à forma de abordagem e interação com os diferentes agrupamentos sociais, processo que demandou (e demanda) a incorporação nos programas de capacitação de conteúdos formativos nas áreas das ciências humanas (sociologia, antropologia, educação, psicologia, história, entre outras). Pressuposto básico para que os animadores e facilitadores do projeto interajam de forma adequada com o público beneficiário, que envolve famílias empobrecidas, comunidades indígenas, trabalhadores rurais, quilombolas, mulheres, jovens, etc.

Embora o Microbacias 2 tenha incentivado, desde as

primeiras fases de implementação da sistemática metodológica nas comunidades trabalhadas, a inclusão de jovens, mulheres e idosos nas diversas instâncias de discussão e gestão do Projeto, a incorporação dos componentes transversais de gênero e geração nas ações de desenvolvimento não se efetiva de forma tranqüila e sem constrangimentos, envolvendo um longo aprendizado e o questionamento das hierarquias de poder entre os atores sociais envolvidos (Siliprandi, 2003).

Enfim, o enfrentamento destes novos desafios impostos à ação extensionista, ilustrados a partir da experiência concreta do Projeto Microbacias 2 e materializados na busca de inclusão dos segmentos sociais tradicionalmente excluídos nas comunidades rurais, proporciona um intenso debate nas instituições oficiais de extensão, processo que questiona as estratégias convencionais de intervenção de projetos e programas governamentais nas comunidades e colabora para a redefinição do “público-alvo” das políticas e prioridades orientadas para o desenvolvimento rural.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, visualizamos o crescimento de iniciativas que visam a inserção de grupos sociais rurais tradicionalmente “invisíveis” nas políticas e nos projetos oficiais, particularmente os segmentos empobrecidos e excluídos da população rural. Nesse contexto, propõem-se nos programas a inclusão desse público nos processos de discussão, elaboração, execução e gestão das políticas e ações governamentais, o que se constitui numa das principais preocupações presentes nos discursos dos atores sociais e políticos atuantes no processo de formulação e execução de ações de desenvolvimento orientadas aos territórios rurais. Contudo, a internalização dessas novas concepções nos projetos e programas gera a necessidade de uma série de mudanças na forma convencional de intervenção dos agentes de extensão rural nas comunidades rurais. Por outro lado, proporciona-se, de forma inovadora, um conjunto de ações afirmativas e benefícios diferenciados para atender as demandas desses grupos sociais que passam a compor o “público-alvo” das instituições oficiais, o que repercute nas estratégias e nas ações extensionistas implementadas nas diversas localidades, como é o caso do Projeto Microbacias 2 em Santa Catarina.

No processo de implementação deste Projeto nas diver-

sas regiões do estado, criaram-se condições inovadoras para a participação interativa dos beneficiários dos recursos através da formalização de organismos de gestão participativa, ilustrado na constituição das Associações de Desenvolvimento das Microbacias e nas comissões coordenadoras do Projeto. No aprendizado adquirido com a sua execução, temas que normalmente foram deixados num segundo plano pelo setor público agrícola – e que se referem à transversalidade das problemáticas sociais, particularmente vinculadas às questões de pobreza rural, gênero, geração, etnia, entre outros – foram abordados e, em muitos casos, internalizados na ação extensionista e nos eventos de capacitação, o que possibilitou oportunidades para segmentos sociais rurais tradicionalmente excluídos das políticas oficiais em Santa Catarina.

Todavia, a ampliação e a melhoria da qualidade nos resultados alcançados, particularmente a promoção da auto-gestão comunitária nas diversas regiões, constituem-se em novos desafios para o trabalho extensionista, exigindo efetivamente a priorização do Projeto pelas instituições executoras. Em decorrência, os(as) extensionistas e facilitadores envolvidos passam a assumir um novo papel neste processo, que é o de animadores das ações de desenvolvimento rural. No que diz respeito à ação extensionista, esses novos desafios exigem dos profissionais da ATER a capacidade de dialogar com os diferentes públicos envolvidos e reconhecer as suas características específicas, os fatores que interferem na participação nos espaços públicos locais e os interesses conflitantes em jogo. Impõem cada vez mais o desafio de se instituir a interdisciplinariedade, a parceria e a integração das ações no trabalho com as comunidades, como pressuposto básico para superar os reducionismos e modificar a condição subordinada que os temas sociais sempre tiveram em relação às “prioridades” eco-nômicas nas políticas oficiais da extensão rural, processo que, paulatinamente, vem sendo redefinido a partir de experiências positivas que vem sendo implementadas pelo Microbacias 2 e que buscam a inserção desses grupos sociais. Exigem, enfim, a capacitação de animadores e facilitadores para trabalhar com metodologias participativas e dinâmicas de grupo, formação de lideranças, processos de planejamento participativo, mediação de conflitos sociais, entre outros conhecimentos indispensáveis ao novo papel educativo demandado a estes profissionais, o que inclui o reconhecimento e o respeito às diferenças étnicas, religiosas, sociais, políticas, econômicas e de gênero e geração existentes nas diferentes comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. et alii. Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Chapecó/Brasília: FAO/INCRA/EPAGRI-SC/Centro de Pesquisa para Pequena Propriedade, 1997.

ALIER, J. M. De la economía ecológica al ecologismo popular. Barcelona: Icaria, 1992.

CAPORAL, F. R. Bases para uma nova ATER pública. Santa Maria: Emater/RS-ASCAR, 2003.

EPAGRI/Cepaf. Os Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar. Chapecó: Epagri/CPPP, 2001.

MATOS, A. G. de. Desenvolvimento humano, pobreza rural e inclusão social. Brasília: Nead, 2003.

MARTINS, J. de S. Discurso de encerramento do X CONGRESSO MUNDIAL DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE SOCIOLOGIA RURAL. Rio de Janeiro: 2000.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília: 2004.

MURDOCH, J.; PRATT, A. Rural Studies: Modernism, Postmodernism and the "Post-rural". Printed in Great Britain: Journal of Rural Studies. 1993, Vol.9 No.4, pp.411-427.

PROJETO MICROBACIAS 2. Documento síntese do Seminário "o desafio da auto-gestão comunitária". Lages/SC: 2006.

PHILO, C. Neglected rural geographies: a review. In: Journal of Rural Studies 8, 193-207, 1992.

SILIPRANDI, E. O que se pensa, o que se faz, o que se diz: discursos sobre as mulheres rurais. Brasília: Nead, 2003.

STROPASOLAS, V. L. O mundo rural no horizonte dos jovens. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006, 346 p.